

Nota Informativa

Edição 135/2023

DESTAQUES

Fazenda diz esperar reduzir impacto da desoneração da folha

Lula dá novo passo na reforma do IR e propõe fim de juros sobre capital próprio

ANPD realizará Audiência Pública sobre Regulamento de Transferências Internacionais de Dados Pessoais

Comissão aprova destinação de no mínimo 50% do FNDTC para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Compras.gov.br só aceitará cadastro de contratações pela Lei 8.666 até 28 de dezembro

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel e ABDI entregam Troféu de Conectividade em Redes Privativas

Boom em demanda por chips de IA surpreendeu Nvidia, que deve aumentar produção

Operadoras ganham 187 mil acessos móveis em julho; 5G puxa alta do setor

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Setor produtivo espera crescimento maior do PIB em 2023

PIB é indicativo importante, mas é preciso ver se vira mais arrecadação, diz Pacheco

A partir de hoje, MEI deve emitir nota fiscal somente pela NFS-e nacional

Vetos de Lula flexibilizam marco fiscal, diz diretora da IFI

PA 2024-2027 prevê R\$ 8,16 bilhões para programas do Ministério das Comunicações

PAC 2024 terá R\$ 61 bi em investimentos; Cidades tem maior fatia

ORÇAMENTO

Orçamento foi desenhado para ajudar o Brasil a ter crescimento sustentável com inflação

baixa, diz Haddad

Volta dos pisos de saúde e educação em 2023 significaria 'shutdown' em alguns ministérios, diz Tebet

POLÍTICA

Veto de Lula ao marco fiscal deve ser derrubado, diz Lira

PEC 9 abre brecha para financiamento privado

Lula negocia mais dinheiro para o centrão em meio a reforma ministerial

Deputado Pedro Paulo deve ser o relator de PL das "offshores" na Câmara, diz fonte

Especialistas sugerem prazo maior para registro de candidaturas em minirreforma eleitoral

Projeto sobre assistência jurídica em países do Mercosul vai a promulgação

DESTAQUES

Fazenda diz esperar reduzir impacto da desoneração da folha

Poder Executivo | 31/08/2023 – 21h25min

O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, abordou o possível impacto da desoneração da folha de pagamentos no Orçamento de 2024, caso o projeto seja aprovado no Senado. Durante uma entrevista sobre a entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano, Durigan enfatizou que é necessário discutir o assunto para evitar um impacto ainda maior. Segundo ele, algumas medidas podem interferir na trajetória financeira, mas não especificou quais seriam. Na última quarta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que estende a desoneração da folha de pagamentos por mais quatro anos, até o final de 2027. Estima-se que o custo total dessa medida em 2024 seja de aproximadamente R\$ 19 bilhões. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula dá novo passo na reforma do IR e propõe fim de juros sobre capital próprio

Poder Legislativo | 31/08/2023 – 15h40min

Governo propõe acabar com mecanismo de Juros sobre Capital Próprio a partir de 2024. Na quinta-feira, dia 31, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou um projeto de lei que tem como objetivo extinguir, a partir de 1º de janeiro de 2024, o mecanismo de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Essa forma de remuneração de acionistas permite que as empresas recolham menos tributos. O JCP permite a dedução de juros pagos ou creditados como remuneração do capital próprio na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Essa mudança faz parte da reforma do Imposto de Renda que está prevista para ocorrer neste segundo semestre. O governo estima que o fim do JCP poderá gerar uma receita de aproximadamente R\$ 10 bilhões, porém, essa fonte de arrecadação é considerada incerta. Segundo o Ministério da Fazenda, o JCP foi criado em 1995 com o objetivo de compensar os sócios das empresas pela perda da atualização monetária de seus direitos societários e incentivar o investimento em capital. No entanto, o governo argumenta que, passados mais de 25 anos, não há evidências de que esse mecanismo reduza o endividamento e aumente os investimentos. A medida tem como alvo principalmente empresas grandes e lucrativas que pagam dividendos, incluindo bancos e empresas do setor elétrico. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)

criticou a medida, alegando que a extinção do JCP gerará consequências negativas ao elevar o custo de capital em um momento de restrição ao financiamento das empresas. A entidade defende uma discussão ampla e aprofundada sobre o tema para chegar a uma solução consensual. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD realizará Audiência Pública sobre Regulamento de Transferências Internacionais de Dados Pessoais

Poder Executivo | 31/08/2023 – 15h01min

Estão abertas, a partir da quinta-feira (31/08) até o dia 07 de setembro de 2023, as inscrições para participação oral dos cidadãos na audiência pública sobre o Regulamento de Transferências Internacionais de Dados Pessoais. O evento, realizado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tem o objetivo de receber contribuições da sociedade para a elaboração do instrumento normativo. A sessão acontecerá no dia 12 de setembro de 2023, das 9h às 12h e das 13h às 19h (horário sujeito a alteração), no canal da ANPD no YouTube. As pessoas que desejarem se manifestar oralmente podem se inscrever, por meio do formulário abaixo. Não será necessária a inscrição para quem deseja apenas assistir o evento. [Clique aqui](#) para se inscrever. A sessão será aberta a todos e, durante sua realização, apenas os inscritos poderão se manifestar, fazendo comentários e sugestões em relação ao assunto discutido. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova destinação de no mínimo 50% do FNDCT para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Poder Legislativo | 01/09/2023 – 11h36min

A Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 159/23](#), que destina no mínimo 50% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apresentado pelo deputado Lebrão (União-RO), o texto altera o [Decreto-lei 719/69](#), que criou o FNDCT. A norma atual assegura 30% dos recursos do fundo para as três maiores regiões do País. Lebrão afirma que a mudança visa equilibrar a destinação do FNDCT. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste abarcam 74% dos estados brasileiros, mas ficam apenas com 30% dos recursos do fundo. O parecer da relatora, deputada Professora Goreth (PDT-AP), foi favorável à proposta. “O financiamento da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais”, avalia. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Compras.gov.br só aceitará cadastro de contratações pela Lei 8.666 até 28 de dezembro

Poder Executivo | 01/09/2023 – 13h14min

Órgãos públicos que ainda desejam contratar pela Lei 8.666/93 devem solicitar a publicação dos seus processos de contratação no portal de compras do governo federal, gerido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público (MGI), até o dia 28 de dezembro. A data foi estabelecida em abril quando da publicação das regras de transição para a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), que a partir de janeiro de 2024 passa a valer como o único regramento para compras públicas no país. Para orientar os usuários do Sistema Compras.gov.br sobre a data, o Ministério da Gestão, por meio da Diretoria de Normas e Sistemas de Logística realizou webinar na quarta-feira (30/8) e apresentou dados sobre a utilização da nova lei também em estados e municípios. De

acordo com informações do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133, mais de 205 mil contratações amparadas na nova lei de licitações já foram divulgadas, desde a criação do Portal em 2021. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel e ABDI entregam Troféu de Conectividade em Redes Privativas

Poder Executivo | 01/09/2023 – 13h17min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) premiaram, na sexta-feira (1º), em cerimônia na sede da Agência em Brasília, com o Troféu de Conectividade em Redes Privativas, os 14 projetos mais bem avaliados no uso dessa tecnologia no País. O Prêmio ABDI Anatel, que está na sua primeira edição, recebeu as candidaturas de 28 projetos utilizando, principalmente, as tecnologias 4G e 5G, de empresas de diversos setores, entre prestadoras de telecomunicações e institutos de pesquisa. A iniciativa permitiu identificar exemplos de uso do espectro para diferentes aplicações, como uso nos setores de agro, industrial, utilities, mineração, energia, saúde, segurança, smart city, educação, pesquisa e, também, para o setor de entretenimento. Segundo o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, o objetivo da premiação é mostrar que “existem aplicações já operacionais e divulgá-las para que o uso do 5G na indústria se acelere o mais rápido possível”. O prêmio segue um exemplo de incentivo aplicado pela China à sua indústria. A premiação permite destacar exemplos de aplicações que reduzam a distância entre as prestadoras que conhecem a estrutura de conectividade e a indústria e o agronegócio e suas estruturas de produção. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Boom em demanda por chips de IA surpreendeu Nvidia, que deve aumentar produção

Mercado | 01/08/2023 -11h05min

As unidades de processamento gráfico (GPU, na sigla em inglês) da trilionária Nvidia são a principal engrenagem de inteligência artificial. A procura é tamanha que startups menores sofrem para montar estrutura necessária para treinar IAs, e a fabricante de hardware tem escolhido para quem vender. Essa situação alçou a gigante da computação gráfica à posição de empresa que mais ganhou com a corrida pela IA geradora. A receita de US\$ 13,5 bilhões (R\$ 65,7 bilhões) no segundo trimestre de 2023 foi o dobro do registrado no mesmo período do ano anterior. Se por um lado a posição estratégica parece favorável, os planos da empresa são para expandir a produção de suas unidades de processamento gráfico, de acordo com o diretor da área de negócios para a América Latina, Marcio Aguiar. "Fomos pegos de surpresa por esse boom de ChatGPT", diz. A empresa de tecnologia investiu US\$ 2 bilhões (R\$ 9,74 bilhões), de um total de US\$ 2,9 bilhões (R\$ 14,2 bilhões), na construção de uma nova planta focada em chips de IA para a TSMC, fábrica taiwanesa de chips que tira os projetos da Nvidia do papel. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Operadoras ganham 187 mil acessos móveis em julho; 5G puxa alta do setor

Mercado | 01/09/2023

O mercado de telefonia móvel ganhou 186,9 mil acessos em julho, na comparação com junho, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações. Com isso, ao término do sétimo mês de 2023, havia 210,49 milhões de linhas celulares ativos no País. No geral desse mercado – ou seja, contando acessos padrão, machine to machine (M2M) e

ponto de serviço (POS) –, o total de linhas móveis somou 252 milhões, leve alta de 0,2% ante o mês anterior (251,52 milhões). Em 12 meses, no entanto, os números apontam baixa de 3,8%, uma vez que o mercado somava 261,95 milhões de acessos em julho de 2022. Especificamente sobre as linhas para aparelhos celulares, a Vivo aparece na liderança, com 82,12 milhões de acessos. A marca do Grupo Telefônica detém 39% do mercado móvel brasileiro. Ainda assim, a empresa perdeu 156 mil linhas no intervalo ao longo do mês de julho. A queda percentual, em relação a junho, foi de 0,2%. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Setor produtivo espera crescimento maior do PIB em 2023

Poder Executivo | 01/09/2023 – 14h57min

O comportamento da economia brasileira, que cresceu 0,9% no segundo trimestre deste ano na comparação com os três meses anteriores, era esperado por analistas do setor produtivo ouvidos pela Agência Brasil, que mantêm uma visão de otimismo para os próximos meses. O Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, apresentou alta de 3,7% no primeiro semestre, informou hoje (1º) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atribui três pontos principais ao crescimento de 0,6% do setor de serviços no trimestre. A influência do setor é grande porque responde por 70% da dinâmica econômica brasileira. O primeiro ponto é o fato de não ser tão impactado pelo aperto monetário – alto nível da taxa de juros – diferentemente da indústria e do comércio de consumos duráveis, como automóveis. O segundo é um reflexo pós-pandemia: “houve uma demanda reprimida no setor de serviços durante a pandemia, um setor que sofreu muito, principalmente no turismo. Ao que tudo indica, essa demanda reprimida ainda não se esgotou, então tem havido um aumento de atividade acima dos demais setores”, avalia. A valorização do real ante o dólar é o terceiro fator citado pelo economista porque “faz com que a indústria tenha mais dificuldade em competir com produtos estrangeiros, que ficam relativamente mais barato. Isso vale para o comércio também”. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PIB é indicativo importante, mas é preciso ver se vira mais arrecadação, diz Pacheco

Poder Executivo | 01/09/2023 – 13h55min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na sexta (1º) que o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,9%, acima do esperado, é um indicativo importante, mas que ainda é preciso saber se esse desempenho vai se traduzir em mais arrecadação. O governo Lula (PT) vem enfrentando crescente ceticismo quanto à capacidade de cumprir a meta fiscal de déficit zero no próximo ano –objetivo que depende de um aumento de receitas. Nesse sentido, uma atividade econômica acima do esperado pode melhorar as perspectivas de arrecadação. Na quinta-feira (31), foi entregue a proposta do Orçamento do próximo ano, com a promessa de arrecadar mais R\$ 168 milhões, mas não há garantia que todo esse valor será obtido, pois depende da aprovação do Congresso e até de discussão na Justiça. “É muito importante que nos próximos dias que Executivo, Senado e Câmara, através de seus presidentes, possam estabelecer um cronograma de iniciativas legislativas para garantir o cumprimento da meta”, disse Pacheco, em entrevista a jornalistas durante evento em Washington, nos EUA. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

A partir de hoje, MEI deve emitir nota fiscal somente pela NFS-e nacional

Poder Executivo | 01/09/2023 – 12h52min

A partir desta sexta-feira, 1º de setembro, todos os microempreendedores individuais (MEIs) de todo o país que são prestadores de serviços para pessoas jurídicas deverão emitir suas notas apenas por meio do sistema nacional de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Anteriormente, a emissão das NFS-e era feita nos portais das prefeituras municipais. Por conta disso, cada município possui um modo de emissão de NFS, resultando em milhares de legislações e NFS diferentes no país. A medida foi estabelecida pela Resolução 169/2022 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Com a nova regra, no caso da capital fluminense, por exemplo, a Nota Carioca não será mais utilizada pela categoria. Sendo assim, os MEIs que têm cadastros no sistema da Nota Carioca, da Prefeitura do Rio, continuarão com acesso ao site apenas para consulta, cancelamento e emissão de notas antigas, com competência anterior a setembro de 2023, sem a possibilidade de emissão de novas notas. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Vetos de Lula flexibilizam marco fiscal, diz diretora da IFI

Poder Executivo | 01/09/2023 – 05h58min

Os vetos do presidente Lula a trechos do marco fiscal foram interpretados como uma tentativa de flexibilizar o texto, de acordo com a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma da Conceição Pinto. Mesmo com os trechos barrados, a nova regra continua permitindo ao governo uma meta fiscal mais flexível, possibilitando um melhor planejamento e execução dos gastos. No entanto, a aplicação da regra de despesa por si só não garantirá a estabilização da relação dívida-PIB. O marco fiscal, aprovado em agosto pelo Congresso Nacional, teve algumas partes modificadas pelos deputados, o que resultou na retirada de um trecho do texto que destinaria cerca de R\$ 32 bilhões para gastos. O presidente Lula vetou dois trechos do texto, o primeiro referente às limitações de empenho e pagamento e o segundo em relação à exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário. Vilma da Conceição Pinto considera que tais vetos representam uma limitação no alcance das metas fiscais, uma vez que reduzem o volume de recursos que podem ser contingenciados. No entanto, o veto também permite abater algumas despesas da meta de resultado primário. Agora, cabe ao Congresso Nacional deliberar sobre os vetos, sendo necessária a maioria absoluta dos votos para rejeitá-los. A IFI alerta que a simples aplicação do marco fiscal não será suficiente para cumprir a meta fiscal estabelecida pelo governo para o próximo ano. O crescimento da arrecadação também é essencial para uma recuperação rápida do resultado primário do governo. A IFI considera difícil que a previsão de déficit zero para 2024 seja concretizada, e estima que o déficit primário fique em 0,9% do PIB brasileiro. A reversão desse déficit dependerá do sucesso das medidas fiscais anunciadas e da realização do cenário otimista projetado pelo governo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PA 2024-2027 prevê R\$ 8,16 bilhões para programas do Ministério das Comunicações

Poder Executivo | 31/08/2023 – 23h22min

O governo federal entregou esta semana ao Congresso Nacional o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. No projeto apresentado pelo governo Lula, dois aspectos ganham destaque: o processo de construção do PPA e a conectividade como um dos objetivos estratégicos da proposta. O primeiro aspecto, o da conectividade, fala em garantir a transformação digital e a inclusão digital com a ampliação do acesso à Internet de alta velocidade, elemento que aparece em diversos programas, desde os dedicados à área rural, saúde digital, até os de educação de escolas e digitalização de conteúdos educacionais.

Para isso, o governo federal previu R\$ 8,16 bilhões em recursos para o Ministério das Comunicações. No documento entregue ao Congresso Nacional, o governo faz a projeção de que em 2027, o Brasil terá pelo menos 82,9 milhões de domicílios com Internet de alta velocidade. Mas, o governadoraz a meta de que este número seja de 91,7 milhões de domicílios brasileiros naquele ano. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PAC 2024 terá R\$ 61 bi em investimentos; Cidades tem maior fatia

Poder Executivo | 31/08/2023 – 21h29min

O Ministério das Cidades, liderado por Jader Barbalho Filho, receberá a maior parte do orçamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) em 2024. A iniciativa disponibilizará R\$ 18,7 bilhões para esse setor. O Ministério dos Transportes, sob o comando de Renan Filho, será o segundo com maior receita, com um total de R\$ 15,7 bilhões. No geral, as despesas discricionárias do PAC para 2024 chegam a R\$ 61,3 bilhões. Esses números foram divulgados pelo governo por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024, lançado na quinta-feira (31 de agosto de 2023). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o novo PAC em 11 de agosto. Em administrações anteriores do PT, esse programa foi uma vitrine. Os investimentos serão realizados por meio de recursos do Orçamento da União, bancos públicos, empresas estatais, concessões e parcerias público-privadas. Até 2026, espera-se que um total de R\$ 1,4 trilhão seja investido, sendo R\$ 240 bilhões provenientes do Orçamento federal. Outros R\$ 288 bilhões serão investidos após o término do mandato de Lula. A primeira etapa do novo PAC envolverá empreendimentos indicados por ministérios e governadores, enquanto a segunda fase, que começará em setembro, permitirá que Estados e municípios insiram projetos estratégicos no plano por meio de uma seleção pública. O programa é dividido em nove eixos de investimento e abrange uma variedade de projetos, como obras de infraestrutura, transporte, habitação, educação, saúde e tecnologia. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Orçamento foi desenhado para ajudar o Brasil a ter crescimento sustentável com inflação baixa, diz Haddad

Poder Executivo | 31/09/2023 – 17h38min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, enfatizaram, em coletiva de imprensa, o compromisso do governo federal com um crescimento econômico sustentável para os próximos anos. Eles apresentaram as linhas gerais do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) entregue ao Congresso Nacional na quinta-feira (31/8). A entrega do PLOA é um momento crucial na definição das metas e prioridades do governo para o próximo ano. Este projeto, que será debatido pelos parlamentares até o fim deste ano, define a distribuição dos recursos públicos e sinaliza os compromissos e planos do governo no que se refere às suas intenções econômicas. A peça orçamentária foi elaborada detalhadamente pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com o suporte técnico de várias áreas vinculadas ao Ministério da Fazenda (MF). Foram endereçadas dentro do PLOA um conjunto de medidas com o objetivo de recompor as bases fiscais do Brasil e reverter a tendência de déficit nas contas públicas. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Volta dos pisos de saúde e educação em 2023 significaria 'shutdown' em alguns

ministérios, diz Tebet

Poder Executivo | 31/08/2023 – 16h50min

Ministra do Planejamento admite possibilidade de “shutdown” se pisos constitucionais de saúde e educação forem aplicados ainda em 2023. Com o fim do teto de gastos, que limitava essas despesas ao índice da inflação, os pisos constitucionais voltam a ser corrigidos de acordo com a evolução da receita do governo. Diante da impossibilidade de aplicar os pisos, a ministra sinaliza que o governo buscará uma solução, consultando o Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2024, o retorno dos pisos está “resolvido” e as despesas do governo serão ampliadas em R\$ 129 bilhões, comprometendo a maior parte do espaço fiscal aberto pelo novo arcabouço fiscal. A área da saúde terá um aumento de verba de 140% com a retomada do piso, impactando os demais ministérios. A decisão sobre a aplicação dos pisos constitucionais em 2023 ainda será definida oficialmente pelo governo após a consulta ao TCU. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA**Veto de Lula ao marco fiscal deve ser derrubado, diz Lira**

Poder Legislativo | 01/09/2023 – 13h10min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na 6ª feira (1º.set.2023) que um dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao novo marco fiscal deve ser derrubado pelo Congresso Nacional. Durante o evento “Expert XP 2023”, Lira foi questionado sobre o veto presidencial a um trecho do artigo 11 do projeto, que determinava que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) não poderia “dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social”. “Eu não tenho ainda o juízo de mérito, mas pelo caminhar das discussões, depois das alterações do Senado e a manutenção da Câmara do texto original excluindo as emendas condicionadas, eu penso, em linhas gerais, que esse veto tem muitas chances de ser derrubado no Congresso”, disse o presidente da Câmara.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PEC 9 abre brecha para financiamento privado

Poder Executivo | 01/09/2023 – 05h

A proposta de emenda constitucional (PEC) 9, que está em tramitação no Congresso Nacional, pode permitir o retorno do financiamento de empresas a partidos políticos. Porém, a polêmica está centrada nas duas primeiras mudanças legais propostas pela PEC, que estabelecem anistia aos partidos que não cumpriram as cotas mínimas de gênero e raça, além de receberem sanções em suas prestações de contas ao Tribunal Superior Eleitoral. Mesmo com toda a atenção voltada para essas questões, a terceira inovação trazida pela PEC é igualmente preocupante. O financiamento privado por pessoas jurídicas foi bloqueado pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, após constatação de que esse mecanismo estava sendo utilizado para pagamento de propinas. No entanto, a PEC 9 permite que partidos arrecadem recursos junto a empresas para quitar dívidas com fornecedores contraídas até agosto de 2015. Mas essa abertura pode trazer consequências imprevisíveis, já que não será fácil detectar fraudes e lavagem de dinheiro por meio dessa nova modalidade de financiamento. Além disso, não foram estabelecidos limites para as doações, nem regras claras sobre as prestações de contas. A ausência de transparência e a falta de estrutura para captar informações sobre esse tipo de financiamento tornam ainda mais incerto o cenário político. As dívidas de campanhas passadas ainda geram cobranças e processos

judiciais, evidenciando que os valores envolvidos são significativos. Diante disso, a discussão sobre o financiamento privado de partidos políticos abre espaço para diversas incertezas e questionamentos sobre como o sistema irá funcionar na prática. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula negocia mais dinheiro para o centrão em meio a reforma ministerial

Poder Executivo | 01/09/2023 – 04h04min

Palácio do Planalto faz acordos com o Congresso para destinar mais dinheiro ao centrão. Os acordos envolvem mais de R\$ 2 bilhões, entre destinação de emendas já existentes para órgãos do centrão e novas cotas do orçamento de ministérios para projetos de parlamentares. O Ministério das Cidades foi desidratado em cerca de R\$ 600 milhões e órgãos do centrão como a Codevasf e o Dnocs foram turbinados. O governo enviou mudanças em projetos de ajustes no orçamento de 2023 para aumentar os recursos destinados ao centrão. O objetivo é garantir o controle sobre a liberação de emendas extras, que são distribuídas a parlamentares influentes. O Ministério do Desenvolvimento Social também pode perder R\$ 44 milhões em troca de investimentos no projeto Calha Norte, do Ministério da Defesa. Parlamentares aliados do governo na região Norte, como Davi Alcolumbre, estão interessados nessas ações. Ministérios como das Cidades, do Desenvolvimento Social e do Esporte são criticados pelo Congresso por demorarem a liberar emendas. A disputa envolve o dinheiro herdado por Lula de um acordo com o Congresso após o fim das emendas de relator. O Congresso pretende retomar o poder na liberação de emendas através de um novo sistema no próximo ano. Enquanto isso, acordos estão sendo feitos para aumentar a verba de órgãos e ministérios alinhados aos interesses dos parlamentares. A pasta do Esporte pode ser beneficiada com o redesenho do governo. Além disso, está prevista a criação de uma nova conta na Codevasf para reunir dinheiro de emendas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputado Pedro Paulo deve ser o relator de PL das “offshores” na Câmara, diz fonte

Poder Executivo | 31/08/2023 – 21h23min

O deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) deve ser escolhido relator do projeto de lei que muda as regras de tributação sobre aplicações financeiras de brasileiros no exterior, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, segundo uma fonte do Ministério da Fazenda com conhecimento no assunto. O texto foi enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional depois que a medida provisória que tratava do assunto (MPV 1171/2023) “caducou” (ou seja, perdeu validade antes de ter sido apreciada pelos deputados e senadores). A iniciativa é vista como fundamental pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), no esforço do governo para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, conforme prevê o Projeto de Diretrizes Orçamentárias Anual (PLDO) e reforça o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado ao Congresso Nacional na quinta-feira (31). Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas sugerem prazo maior para registro de candidaturas em minirreforma eleitoral

Poder Legislativo | 31/08/2023 – 18h49min

Participantes de audiência pública defendem prazo maior para registro de candidaturas eleitorais. Atualmente, as convenções partidárias ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto, com prazo de registro até 15 de agosto. Isso resulta em um período muito curto

para a Justiça Eleitoral julgar a regularidade das candidaturas antes do primeiro turno das eleições, gerando contestações e questionamentos das decisões. Para solucionar esse problema, é proposto que as convenções ocorram entre 1º e 20 de junho, com prazo de registro até 1º de julho, o que daria 45 dias adicionais para a análise das candidaturas. Além disso, é defendida a adoção de regras claras para a propaganda eleitoral nas redes sociais, incluindo um cadastro público em tempo real dos financiadores das campanhas. A medida busca conferir transparência às campanhas e permitir a investigação e punição de crimes cometidos nas redes virtuais. Também é sugerida a aplicação de multas a eleitores que divulgarem notícias falsas intencionalmente, assim como a criação de juizados especiais eleitorais para julgar crimes de desinformação. Outra proposta é estender a proteção contra violência às mulheres envolvidas em atividades políticas, não apenas às candidatas. Além disso, as verbas destinadas às mulheres para as campanhas eleitorais devem cobrir custos com segurança e cuidado familiar. O relator do grupo de trabalho responsável pela minirreforma eleitoral espera concluir os trabalhos na próxima semana e as mudanças propostas devem ser aprovadas até dia 5 de outubro deste ano para valerem nas eleições municipais de 2024. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto sobre assistência jurídica em países do Mercosul vai a promulgação

Poder Legislativo | 31/08/2023 – 16h49min

O Senado aprovou o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul, que visa aprimorar a cooperação jurídica entre os países membros do bloco. A emenda, assinada em Montevideu, no Uruguai, em 2018, altera os artigos 3 e 25 do Protocolo original, firmado em 1996, em São Luís, na Argentina. A principal mudança diz respeito à designação das Autoridades Centrais responsáveis por receber e transmitir pedidos de assistência jurídica mútua, que agora deverá ser feita no momento da ratificação do instrumento. Além disso, o projeto estabelece que as autoridades de fronteira deverão comunicar a emissão de solicitações de assistência diretamente às Autoridades Centrais dos seus respectivos Estados, preferencialmente por meios eletrônicos. A emenda também dispensa a legalização ou formalidades adicionais para documentos emitidos pelas autoridades competentes dos países membros do Mercosul, que são transmitidos entre as Autoridades Centrais ou diretamente entre autoridades de regiões fronteiriças. Aprovada na Câmara dos Deputados, a emenda recebeu parecer favorável do relator no Senado, senador Nelsinho Trad, que destacou a importância da cooperação jurídica mútua em um contexto internacional de mobilidade e facilidade de comunicação. O objetivo do tratado, segundo o relatório, é resolver problemas relacionados à assistência jurídica mútua nas regiões de fronteira, onde o fluxo de pessoas e bens é mais intenso. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br